

A MOBILIDADE COMO ELEMENTO CENTRAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES IMIGRANTES, REFUGIADAS E DEPORTADAS NO BRASIL

MOBILITY AS A CENTRAL ELEMENT IN PUBLIC POLICIES FOR IMMIGRANT, REFUGEE AND DEPORTED WOMEN IN BRAZIL

Carolina da Fonseca Barbosa Ribeiro ¹[0009-0009-7174-9303]
Margarida Aparecida de Oliveira ²[0000-0002-9662-1009]
Duval Magalhães Fernandes ¹[0000-0003-2448-8277]

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Brasil
² Visiting Scholar na Universidade de Massachusetts, Boston
carolbarbosa23@gmail.com, oliveira.margarida@ufjf.br,
duvalfernandes@hotmail.com

Resumo. O presente trabalho consiste em uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, sobre a presença de propostas relacionadas à mobilidade e ao trabalho nas políticas públicas brasileiras voltadas para mulheres imigrantes, refugiadas e deportadas. A pesquisa foi realizada por meio da análise de documentos disponíveis no portal da ONU Mulheres e no Portal da Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Considera-se que políticas migratórias direcionadas a mulheres devem contemplar as especificidades de gênero associadas à mobilidade e ao acesso ao trabalho, garantindo que os auxílios oferecidos sejam acessíveis de maneira igualitária e equitativa.

Palavras-chave: Migração. Deportação. Mobilidade. Gênero. Políticas Públicas.

Abstract. This paper consists of an exploratory, qualitative research on the presence of proposals related to mobility and work in Brazilian public policies aimed at immigrant, refugee and deported women. The research was carried out by analyzing documents available on the ONU Women portal and on the Immigration Portal of the Ministry of Justice and Public Security. It is considered that migration policies aimed at women should take into account the gender specificities associated with mobility and access to work, ensuring that the aid offered is accessible in an equal and equitable manner.

Keywords: Migration. Deportation. Mobility. Gender. Public Policies.

1 Introdução

A mobilidade das mulheres migrantes envolve desafios que extrapolam as barreiras físicas e econômicas, revelando vulnerabilidades estruturais relacionadas ao gênero. A Organização das Nações Unidas (ONU) reflete essa preocupação ao manter uma entidade exclusiva para as mulheres, a "ONU Mulheres", evidenciando a necessidade de políticas e estudos direcionados para essa população. Tais vulnerabilidades manifestam-se em diversas esferas sociais, como o assédio, a misoginia e a precarização do trabalho, tornando essencial a investigação dos impactos da mobilidade sobre essa população específica.

Este estudo busca analisar a mobilidade das mulheres migrantes sob a perspectiva da busca por trabalho e do acesso a políticas públicas que lhes oferecem suporte. O objetivo central é compreender como essas dinâmicas impactam sua reinserção social e econômica, particularmente no caso das mulheres brasileiras deportadas. Além disso, pretende-se contribuir para os estudos de mobilidade e migração ao demonstrar de que maneira a mobilidade feminina pode ser analisada a partir de um recorte interseccional,

considerando fatores como raça, classe e condições socioeconômicas. A escolha desse estudo de caso se justifica pela carência de pesquisas voltadas para a experiência de mulheres deportadas, um segmento que enfrenta desafios específicos e permanece marginalizado no debate acadêmico e político.

A relevância científica desta pesquisa está na ampliação das discussões sobre migração e mobilidade com um enfoque de gênero, destacando como as experiências das mulheres migrantes podem ser generalizáveis para outros contextos, especialmente no que se refere às interseções entre mobilidade, vulnerabilidade e políticas públicas. Embora as especificidades do caso brasileiro sejam fundamentais, os padrões de exclusão e desafios enfrentados pelas mulheres migrantes são fenômenos observáveis em diversas partes do mundo, tornando as inferências compartilhadas aplicáveis a diferentes cenários migratórios.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na revisão da literatura sobre mobilidade, gênero e migração, além da análise de dados sobre mulheres migrantes deportadas. As fases do estudo incluem a contextualização teórica a partir das contribuições de autores como Pierucci (1990), Bourdieu (2000) e Jirón e Mansilla (2013), a coleta e análise de dados sobre políticas públicas e condições de mobilidade dessas mulheres, e a reflexão sobre as estratégias desenvolvidas por elas para superar as barreiras impostas à sua circulação e integração.

A mobilidade das mulheres migrantes não se resume à liberdade de deslocamento, mas envolve fatores como segurança, redes de apoio, discriminação de gênero e limitações estruturais no acesso a oportunidades. Sheller (2018) destaca que a justiça da mobilidade é uma das questões mais urgentes da contemporaneidade, dado o fluxo global de pessoas, sejam estudantes, trabalhadores, turistas, migrantes ou refugiados. Portanto, pensar a mobilidade sob uma perspectiva de gênero é essencial para promover políticas mais eficazes e inclusivas.

Dessa forma, este estudo visa não apenas evidenciar as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, mas também apontar caminhos para aprimorar políticas públicas e práticas institucionais que garantam maior equidade na mobilidade e no acesso a direitos, contribuindo para um debate mais amplo sobre justiça social e mobilidade global.

2 Métodos

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa seguem uma abordagem qualitativa e exploratória, centrada na análise de dados obtidos por meio de pesquisa documental e revisão de literatura. O estudo investiga informações disponíveis em fontes institucionais, como os sites da ONU Mulheres e do Ministério da Justiça, para mapear e organizar as políticas públicas governamentais e não governamentais voltadas para mulheres imigrantes, refugiadas e deportadas no Brasil.

A pesquisa segue as seguintes etapas metodológicas:

1. **Revisão Teórica:** Levantamento e organização dos referenciais teóricos sobre mobilidade feminina, gênero e migração, embasando a discussão conceitual do estudo.
2. **Coleta de Dados:** Pesquisa nos sites da ONU Mulheres e do Portal de Imigração do Ministério da Justiça, com foco em:
 - Dados sobre mulheres imigrantes, refugiadas e deportadas no Brasil;
 - Identificação das principais políticas públicas e iniciativas institucionais direcionadas a esse grupo.
3. **Organização e Análise dos Dados:**
 - Sistematização das informações coletadas, elaboração de tabelas e representações gráficas;
 - Análise crítica dos dados para identificar avanços, lacunas e desafios das políticas públicas destinadas a essas mulheres.
4. **Considerações Finais:** Reflexão sobre os achados da pesquisa, avaliando os impactos das políticas públicas e sugerindo possíveis caminhos para aprimoramento.

O método adotado permite compreender criticamente as condições das mulheres migrantes no Brasil, fornecendo subsídios para a formulação de políticas mais inclusivas e eficazes no enfrentamento das desigualdades de gênero na mobilidade internacional.

3 Considerações Finais

Embora os estudos sobre migração internacional tenham avançado significativamente, ainda há uma lacuna na compreensão do processo de mobilidade feminina, um fator determinante na trajetória laboral e social de muitas mulheres. Diante disso, ressalta-se a importância das pesquisas científicas para a sistematização e análise crítica de informações baseadas em evidências, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Esses estudos não apenas ampliam o conhecimento sobre as dinâmicas da mobilidade feminina, mas também oferecem subsídios para a criação de estratégias que assegurem a proteção dos direitos humanos e promovam medidas de suporte às mulheres imigrantes, refugiadas e deportadas.

Referências

1. BOURDIEU, P. La dominación masculina. Anagrama, Espanha: 2000.
2. JIRÓN, Paola e MANSILLA, Pablo. Atravesando la espesura de la ciudad: vida cotidiana y barreras de accesibilidad de los habitantes de la periferia urbana de Santiago de Chile. *Revista de Geografía Norte Grande* 56, p. 53-74, 2013.
3. MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. In: Dossiê antropologia, gênero e sexualidade no Brasil: balanço e perspectivas. Cadernos pagu (42), janeiro-junho de 2014.
4. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA: Portal de Imigração. Disponível em: < <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados>>. Acesso: ago, 2023.
5. ONU MULHERES. Disponível em: < <https://www.onumulheres.org.br/>>. Acesso: ago, 2023.
6. PIERUCCI, A. F. (1990). Ciladas da diferença. *Tempo Social*, 2 (2), 7-33. Poverty Reduction Strategy Paper. International Monetary Fund. Washington D.C. June. 2014.
7. SHELLER, Mimi. Theorising mobility justice. *Tempo Social* 30 (2), p. 17-34, 2018.
8. TEDESCO, João Carlos. O gênero na imigração: redefinições de papéis e dinâmicas étnicas. *Revista Latinoamericana de Geografía e Gênero*, v. 2, n. 1, p. 44 – 55, 2011.